

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO TURÍSTICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA

Cristiane Alcântara de Jesus Santos

NTU/ UFS

[cristie09@uol.com.br](mailto:cristie09@uol.com.br)

### RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão acerca da prática do turismo em Unidades de Conservação, levando-se em consideração que a visitação às áreas naturais pode ser uma ferramenta de suma importância para formação da consciência ambiental, podendo auxiliar no processo de sensibilização e conscientização da preservação da natureza, desde que essa atividade seja pensada e planejada de forma responsável. Desta forma, devemos pensar em práticas turísticas em unidades de conservação a partir da tríade natureza - lazer - educação, a fim de que o desenvolvimento da atividade seja realizado de forma que haja uma minimização dos possíveis impactos ambientais que poderão surgir com o uso turístico de áreas naturais. Assim, o planejamento dessas atividades deve oferecer mecanismos que motivem o turista, assim como, atenda às suas expectativas acerca da proteção e da educação ambiental. No caso do Parque Nacional Serra de Itabaiana há uma necessidade preeminente de uma estruturação organizacional que viabilize a prática turística sob o prisma de uma consciência ambiental. A idéia de educação ambiental presente neste artigo consiste no processo em que a comunidade local e visitantes interagem, a fim de construir valores sociais e consciência voltada para a conservação e preservação do meio ambiente associada a busca da melhoria da qualidade de vida. Desta forma, partimos do princípio que com um programa de educação ambiental bem definido pode ser possível educar o indivíduo para desenvolver práticas ambientais responsáveis e assim de formar uma consciência humana acerca da preservação do patrimônio natural não somente como um bem natural, mas, sobretudo, como um patrimônio da sociedade.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação. Turismo. Educação Ambiental.

## Introdução

A partir da aceleração dos processos sociais e econômicos globais, que passamos a chamar de globalização, com a intensificação da industrialização e urbanização ocorrida ao longo do século XX, um novo cenário turístico foi formado caracterizado pela produção flexível do tempo livre. Desde então, o significado do turismo passou a adquirir uma nova dimensão, uma vez que surge uma nova valorização social de espaços singulares, como por exemplo, os espaços naturais, cuja às peculiaridades induz o fator “atratividade” associado a sensibilidade ambiental e conservacionista que caracteriza a sociedade moderna.

Este novo contexto inerente a atividade turística também está associado a necessidade de implementar modelos pautados nos princípios da sustentabilidade que apontem para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais visando a equidade e a justiça social. De acordo com Santos (2004, p. 25), “essa nova concepção calcada no desenvolvimento sustentável propõe pressupostos que divergem do atual modelo de desenvolvimento econômico para o turismo, chamado de ‘indústria do turismo’<sup>1</sup>, sobretudo, no que diz respeito à demanda social”.

No entanto, no início da década de 90 foram produzidas algumas formulações a fim de concretizar os princípios básicos da sustentabilidade em relação ao turismo. Com base na discussão de sustentabilidade, Prats (1996) define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade:

- a) A compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;
- b) A integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;
- c) A inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e,

---

<sup>1</sup> O termo ‘indústria do turismo’ surgiu quando o turismo passou a ser considerado como uma grande estratégia econômica o final do século XX.

- d) A gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local.

Partindo desse pressuposto, este artigo apresenta uma discussão acerca da prática do turismo em Unidades de Conservação - UC's, levando-se em consideração que a visitação às áreas naturais pode ser uma ferramenta de suma importância para formação da consciência ambiental, ou seja, pode auxiliar no processo de sensibilização e conscientização da preservação da natureza, desde que essa atividade seja pensada e planejada de forma responsável. Para Barreto (1991, p. 14), “o planejamento requer compreensão dos problemas e distribuição harmônica das especialidades, requer conhecimento”.

Para isso, é importante que todos os indivíduos, sejam eles turistas ou não, tenham conhecimento da necessidade de manter e preservar os recursos naturais de uma determinada unidade de conservação a partir do processo de educação ambiental..

#### **Unidade de Conservação: Uma breve Contextualização**

O início da sensibilização mundial acerca da necessidade da existência de espaços naturais institucionalmente protegidos se deu a partir da criação do *Yellowstone National Park* em 1872 nos Estados Unidos. Esta foi a primeira Unidade de Conservação na categoria de Parque Nacional a ser criada no mundo, com o propósito de preservar áreas que até então não eram protegidas.

De acordo com Harroy apud (FENNEL, 2002, p.84),

*O Yellowstone* foi criado para satisfazer uma ampla injunção de interesses surgidos da mentalidade de fronteira dos Estados Unidos. Além disso, o parque foi implantado para prevenir a exploração do meio ambiente e da vida selvagem, para recreação e, finalmente, como um meio para o estudo científico.

É certo afirmar que a criação da primeira área de preservação americana se configurou com um modelo internacional para outras, uma vez que após a criação do Parque americano, diversos países passaram a adotar esta prática com o objetivo de conservar a natureza, a exemplo da Austrália (Parque Nacional Royal, 1879), Canadá

(Parque Nacional Banff, 1885), Nova Zelândia (Parque Nacional Egmont, 1894), entre outros.

No Brasil, a criação de Unidades de Conservação se deu a partir do final da década de 1930, com a criação dos Parques Nacionais do Itatiaia/RJ-MG (1937), da Serra dos Órgãos/RJ (1939) e do Iguaçu/PR (1939). Em Sergipe, somente no ano de 1988 foi criada a primeira Unidade de Conservação, a Reserva Biológica de Santa Isabel, que está localizada no município de Pirambú onde é desenvolvido o Projeto Tamar de proteção as tartarugas marinhas. Dezesete anos mais tarde, em 2005, foram criadas mais duas UC's, a Floresta Nacional do IBURA que está localizada na BR-101 no município de Nossa Senhora do Socorro e o Parque Nacional Serra de Itabaiana, que foi criado sob o Decreto do dia 15 de junho de 2005.

As Unidades de Conservação – UC's têm como objetivo conservar e preservar, para fins científicos, educacionais, paisagísticos e recreativos, os seus patrimônios cultural e natural. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a visitação em UC's deve ser cuidadosamente planejada para que possa cumprir os objetivos de sua criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional. (SNUC, 2000)

Desta forma, os espaços de uma Unidade de Conservação podem ser utilizados para a prática de diversas atividades como: pesquisas científicas, recreação, conservação de espécies da flora e fauna, manutenção da biodiversidade, etc., ou seja, é um espaço aberto para visitação pública que a sociedade de uma forma geral pode usufruir de suas qualidades e potencialidades sem degradá-la. Porém, é certo que a presença humana provoca impactos em ambientes frágeis como os dos Parques, fazendo com que seja fundamental estabelecer critérios que minimizem esses impactos.

De acordo com Mendonça; Neiman (2002, p. 166),

No Brasil, as Unidades de Conservação têm sido criadas sem as mínimas condições para garantir a sua conservação: não há recursos humanos, planos de manejo, previsão orçamentária para investimentos em equipamentos e outras necessidades. Pouquíssimas possuem estrutura mínima para se manterem em funcionamento, sendo que a maioria encontra-se abandonada ou delimitada apenas no papel.

Desta forma, podemos afirmar que as Unidades de Conservação brasileiras necessitam de ações que visem minimizar os impactos provocados por interferência do homem no ambiente. É certo que algumas áreas ou parques apresentam uma estrutura de funcionamento, porém a maioria não há planos de manejo ou um planejamento adequado.

As UC's estão divididas em dois grupos, o de Proteção Integral e o de Uso Sustentável, como podem ser observados no quadro a seguir (Quadro 1).

**QUADRO 1**  
**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

<b>Unidades de Proteção Integral</b>	<b>Unidades de Uso Sustentável</b>
Parque Nacional (PARNA)	Floresta Nacional (FLONA)
Reserva Biológica (REBIO)	Reserva Extrativista (RESEX)
Estação Ecológica (ESEC)	Área de Proteção Ambiental (APA)
Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	Reserva Particular do Patrimônio Natural <sup>1</sup> (RPPN)
Monumento Natural (MN)	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
	Reserva de Fauna (RF)

Fonte: (SNUC, 2000)

Ainda segundo o SNUC (2000), o principal objetivo das Unidades quem tem o caráter de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei. Já as Unidades de Uso Sustentável tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O Parque Nacional – PARNA está inserido nas Unidades de Proteção Integral e por sua vez, proporciona o lazer, a recreação e o contato direto com a natureza, atraindo conjuntamente alguns impactos, sejam eles de ordem sócio-cultural, ambiental ou econômico.

O art. 11 do SNUC (2000) dispõe que:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

A atividade turística pode atuar nos parques nacionais como uma ferramenta de desenvolvimento sócio-econômico, uma vez que pode promover a inclusão das comunidades do entorno através da geração de empregos, além de possibilitar a inserção de novos equipamentos de apoio e infra-estrutura que não será usufruída apenas pelo turista. Estas ações podem alavancar a economia local, dinamizando e aumentando a qualidade de vida da população local.

No caso do Parque Nacional Serra de Itabaiana, os municípios do entorno, especialmente Areia Branca e Itabaiana, se beneficiam economicamente com a prática turística, pois muitos dos visitantes do parque utilizam os serviços dos municípios citados, sobretudo, o comércio, os serviços oferecidos pela área de alimentos e bebidas e os meios de hospedagens.<sup>2</sup>

A visitação a Serra de Itabaiana iniciou-se através de famílias que, por falta de opções de lazer, dirigiam-se todos os finais de semana para acampar, tomar banho nos diversos riachos e cachoeiras que lá existem. Por conta disso, o local ficou bastante conhecido e hoje atrai muitos visitantes.

Em 1990, foi implantada a Estação Ecológica<sup>3</sup> e o acesso a Serra foi proibido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (órgão mantenedor do Parque Nacional Serra de Itabaiana), uma vez que este tipo de categoria de unidade de conservação não permite visitação pública, a não ser para realização de pesquisas científicas.

A criação da Estação Ecológica ignorou uma história de culturas e tradições, construídas ao longo do tempo pelas comunidades que habitam a região da serra. A proposta de gestão ambiental para a Serra de Itabaiana através da implantação da referida unidade, ignorou a participação da comunidade local no processo de discussão sobre o futuro da área.

Segundo Santana (2002, p. 7),

Em decorrência dessa intervenção, o acesso da população à Serra, que até então acontecia sem qualquer tipo de óbice legal, passou a ser proibido. Antes da proibição, as pessoas usufruíam os encantamentos daquela área alimentando uma tradição que passava de geração a geração. Desse modo, a Serra, mais do que uma paisagem, sempre representou uma motivação no imaginário da população, notadamente dos moradores da cidade de Itabaiana e arredores, permeando sua

---

<sup>2</sup> Informações obtidas em entrevista com guias locais.

<sup>3</sup> Categoria de Unidade de Conservação que não permite visitação pública.

história e confundindo-se com ela. É exatamente essa tradição que o governo federal ignorou ao implantar naquela área uma Estação Ecológica, que, por definição, impede qualquer tipo de visitação pública, especialmente aquela destinada ao lazer.

Em contrapartida, a população também não respeitou a presença do IBAMA e ignorou a implantação da Estação Ecológica, continuando a freqüentar a Serra sem autorização do órgão. Com isso, o IBAMA, em 1994, reabriu a unidade para visitação pública, evitando assim demais conflitos.

Com a criação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, no ano de 2000, a categoria de Estação Ecológica não atendia as exigências dessa lei, surgindo assim à necessidade de mudar para uma categoria que a visitação pública fosse permitida.

Em 15 de junho de 2005, através do Decreto publicado no Diário Oficial da União, edição 114 de 16 de junho de 2005, foi criado o Parque Nacional Serra de Itabaiana. Este parque está localizado a 45 km de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, e engloba não somente a Serra de Itabaiana, como também as Serras Comprida e do Cajueiro. Sua área total é de 7.966,64 ha abrangendo os municípios de Itabaiana, Areia Branca, Laranjeiras, Itaporanga D’ajuda e Campo do Brito.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana não possui ainda o Plano de Manejo<sup>4</sup>. Porém, apesar de ser uma unidade recente, possui um vasto conteúdo de pesquisas sobre a fauna e flora do local. O SNUC, em seu Art. 27, estabelece que as unidades de conservação devam dispor de um Plano de Manejo, e o mesmo deve ser elaborado no prazo de cinco anos após sua criação. O Art. 27 ainda estabelece que, “o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (SNUC, 2000).

De fato, o Plano de Manejo é um instrumento normativo e regulador do uso de áreas protegidas e tem como objetivo principal, nortear o desenvolvimento adequado do programa de uso público, no qual se insere o uso para as práticas turísticas. Além disso, a partir da elaboração do Plano de manejo torna-se possível estabelecer o zoneamento, as

---

<sup>4</sup> Projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Estabelece desta forma, diretrizes básicas para o manejo da Unidade. (SNUC, 2000).

normas de manejo dos recursos naturais e medidas que promovam a integração dessas áreas naturais à vida econômica e social das comunidades do entorno. De acordo com Kinker (2002, p. 31) com a elaboração do plano de manejo é possível “controlar a interação homem/natureza, de modo que o meio ambiente não sofra impactos negativos e o turista tenha não só uma experiência agradável, mas seja levado, por meio da interpretação da natureza e do lazer dirigido, a incorporar mudanças de atitudes e comportamentos”.

Desta forma, devemos pensar em práticas turísticas em unidades de conservação a partir da tríade natureza – lazer – educação, levando-se em consideração que o desenvolvimento da atividade seja realizado de forma que haja uma minimização do impacto ambiental. Assim, o planejamento dessas atividades deve oferecer mecanismos que motivem o turista, assim como, atenda às suas expectativas acerca da proteção e educação ambiental. No caso do Parque Nacional Serra de Itabaiana há uma necessidade preeminente de uma estruturação organizacional que viabilize a prática turística sob o prisma de uma consciência ambiental.

### **Visitação em Unidades de Conservação**

A visitação em Unidades de Conservação pode ser considerada como uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais. No Parque Nacional Serra de Itabaiana, a visitação está sendo trabalhada de forma desordenada devido a diversos fatores como: entradas clandestinas que existem praticamente em toda extensão do parque, o grande fluxo de visitantes que na maioria das vezes não agendam as visitas e isso acaba ocasionando em congestionamento de visitantes, o restrito quadro de funcionários que o IBAMA dispõe para o acompanhamento de visitas, etc. Portanto, faz-se necessário diagnosticar os diversos problemas existentes com a visitação ao parque e estabelecer normas e diretrizes que viabilizem a sua utilização de maneira sustentável.

Os problemas apresentados fazem com que aumente a preocupação com a manutenção dos recursos naturais ali existentes, e também nos faz refletir sobre a importância de utilizar uma UC de forma correta e responsável. A constituição brasileira estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

coletividade o dever de defendê-lo para a presente e futuras gerações”. (CF - 1988, Cap. VI - do meio ambiente, Art. 225)

No entanto, para que possamos seguir o que estabelece a constituição será necessário que se estabeleça uma parceria integrada e harmônica entre as UC's e o turismo, a fim de que às visitas ao PARNA – Serra de Itabaiana aconteçam de forma responsável, sem que possa prejudicar os recursos naturais lá existentes.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana dispõe de uma infra-estrutura mínima de apoio aos visitantes, contando com um imóvel de 130 m<sup>2</sup>, onde funciona a sede administrativa do IBAMA, com escritório, almoxarifado, alojamento, garagem e um barracão com cerca de 100 m<sup>2</sup>, que serve para exposições e palestras educativas dos visitantes. O referido imóvel dispõe também de sistema de saneamento, eletrificação e telefonia.

O PARNA Serra de Itabaiana é recortado pela BR-235 e por diversas estradas secundárias. Não apresenta uma sinalização adequada, a não ser no principal acesso, onde se localiza uma portaria com vigilância diária. A sede administrativa do parque está localizada a 2,5 km da referida rodovia, nas imediações das áreas mais visitadas por turistas, como o Poço das Moças, a Gruta da Serra, o Véu das Noivas e a trilha principal de acesso ao ponto mais alto do parque, onde fica o Cruzeiro da Serra.

Na extensão do parque não existe nenhum tipo de equipamento ou serviço turístico. Sua infra-estrutura é mínima, dispondo apenas de uma sede administrativa que dá suporte no atendimento ao visitante. A cidade de Itabaiana, por ser a mais estruturada da região, oferece serviços e equipamentos de apoio como: pousadas, bares, restaurantes, lanchonetes, entre outros, além de possuir um grande comércio.

O IBAMA monitora as visitas de cunho educativo ao PARNA – Serra de Itabaiana, sejam elas destinadas da capital, do interior ou de outros estados. O parque também é muito procurado para o desenvolvimento de pesquisas científicas que são realizadas, em sua maioria, por acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação (SANTANA, 2002).

Sabemos que a unidade necessita do Plano de Manejo para fazer as devidas melhorias em sua infra-estrutura, só que enquanto o plano não é elaborado, o PARNA – Serra de Itabaiana acaba sendo alvo de críticas.

Vale ressaltar que é de suma importância que haja uma melhoria na infra-estrutura física da unidade, para que a mesma ofereça condições mínimas de visitação, pois sua atual situação não corresponde com a de um parque nacional, ou seja, é imprescindível a existência de uma infra-estrutura mínima para atender os anseios dos visitantes que ali se encontram.

Desta forma, torna-se de fundamental importância que haja um planejamento participativo pautado na sustentabilidade que envolva a visitação pública ao Parque Nacional Serra de Itabaiana, a fim de que as práticas turísticas desenvolvidas objetivem a tomada de consciência sobre a conservação e preservação da natureza.

A educação ambiental é um instrumento fundamental para conservar e preservar a qualidade dos recursos naturais e, concomitantemente, para formular novas ações no exercício da cidadania. Segundo Antunes (2000), a educação ambiental é o instrumento mais eficaz para a verdadeira aplicação do princípio mais importante do Direito Ambiental, o chamado *princípio da preservação*.

### **Educação ambiental e turismo**

Nas duas últimas décadas do século passado, iniciam-se novas vias de desenvolvimento do turismo que ocasionaram algumas mudanças referente a demanda e a oferta. Essas mudanças são conseqüências de uma crescente conscientização social voltada para a qualidade ambiental, uma vez que houve uma difusão dos efeitos de degradação paisagística, ambiental, social e cultural que o turismo de massas vem gerando a várias áreas do mundo (SANTOS; CAMPOS, 2003).

O crescimento do turismo de massa conduziu uma série de impactos que se manifestaram de forma mais evidente nos últimos anos. Os novos turistas buscam espaços com menor impacto sobre o meio e com uma maior integração das características sociais e culturais locais.

Assim, os espaços receptores buscam vias alternativas de desenvolvimento que reduzam os efeitos negativos do turismo sobre o meio e que assegurem uma ampla diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integrem de forma mais harmônica as necessidades do turista e da população local.

A qualidade de vida da população local é um dos aspectos que deve estar presente no desenvolvimento do turismo sustentável, uma vez que proporciona uma melhor qualidade de experiência para o visitante. Vale ressaltar que essa qualidade de vida está relacionada com a qualidade ambiental do destino turístico, a sustentabilidade econômica e a preservação dos valores sociais e culturais. Segundo a OMT (1998, p.260),

el concepto de sustentabilidad está ligado a tres hechos importantes: calidad, continuidad y equilibrio. De una forma u otra el turismo sustentable es definido como un modelo de desarrollo económico diseñado para: mejorar la calidad de vida de la población local, es decir, de la gente que vive y trabaja en el destino turístico; proveer mayor calidad de experiencia para el visitante; mantener la calidad del medioambiente del que la población local y los visitantes dependen; la consecución de mayores niveles de rentabilidad económica de la actividad turística para los residentes locales; y asegurar la obtención de beneficios por parte de los empresarios turísticos, es decir, ha de procurarse que el negocio turístico sustentable sea rentable, de lo contrario los empresarios olvidarán el compromiso de sustentabilidad y alterarán el equilibrio”.

Assim, todos os agentes de desenvolvimento turístico (associações profissionais, empresas, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras, os turistas e outros organismos do setor turístico) devem trabalhar no sentido de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e culturais na perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável que seja capaz de satisfazer as aspirações presentes e futuras.

De acordo com Santos; Campos (2003), é de fundamental importância que a gestão do turismo sustentável seja de forma local e que, acima de tudo, impulse um turismo que seja responsável e esta tarefa deve ser desenvolvida pelo poder público, privado e pelos agentes sociais envolvidos. Essa responsabilidade baseia-se em três pontos fundamentais:

1. Responsabilidade econômica e social por parte do governo e das empresas que instalam empreendimentos turísticos, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico protegendo a comunidade local da sobre-comercialização e da sobre-exploração;
2. Responsabilidades das comunidades receptoras no que diz respeito à segurança, a garantia de proteção dos turistas e a prática do desenvolvimento sustentável em relação a sua participação nas atividades turísticas;
3. Por fim, a responsabilidade do turista em respeitar os costumes, as culturas e o meio ambiente do lugar visitado. O turista deve vislumbrar o intercâmbio de culturas.

Neste sentido urge a necessidade de se colocar em prática um programa de educação ambiental como ferramenta de suma importância para a prática do turismo sustentável, a fim de que seja possível se pensar no trabalho de sensibilização e conscientização da comunidade local e visitante acerca da necessidade eminente de preservar e conservar o meio ambiente, e assim, possibilitar a concretização de um turismo centrado nos princípios do desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental ganhou um caráter técnico-científico a partir da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo no ano de 1972. Desde então, vários manifestos foram publicados com a finalidade de conscientizar a população global acerca da necessidade da preservação ambiental para melhoria da qualidade de vida. Dentre esses manifestos, podemos citar o Relatório *Meadows*, encomendado pelo Clube de Roma na década de 70 que previa que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um colapso dos recursos, e atentava para a preocupação com as principais tendências do ecossistema mundial. Neste mesmo período, em Londres, foi elaborado o *Manifesto pela Sobrevivência* que discutia a responsabilidade do consumismo e do industrialismo capitalista pela degradação ambiental.

Neste mesmo momento, os questionamentos formulados pelos movimentos sociais - ambientalistas ou ecologistas -, governos e comunidades científicas acerca da falência desse modelo apontam para a necessidade de se buscar um outro desenvolvimento, que seja mais racional, mais eficiente, mais harmônico social e ambientalmente. Dessa maneira, abrem-se áreas de diálogo entre a economia e ecologia procurando conciliar a preservação da natureza com a manutenção do processo de crescimento econômico, institucionalizando-se a questão ambiental. Surge então, a partir dessa nova lógica, algumas formulações que passam a se denominar de desenvolvimento sustentado ou durável, fundido inicialmente na noção de eco-desenvolvimento que muitos autores erroneamente o tratam como um conceito base para a construção da noção de desenvolvimento sustentável (SANTOS; CAMPOS, 2003). Porém, foi na *The Belgrado Workshop on Environmental Education*, em Belgrado no ano de 1975 que foram formulados alguns princípios básicos para a educação ambiental.

De acordo com a evolução da problemática econômica e o deterioramento das políticas regionais e nacionais, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento

da Organização das Nações Unidas cria a expressão “desenvolvimento sustentável”, que começou a circular efetivamente no final da década de 80, a partir da publicação do Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, e originalmente significa um “desarrollo que satisface las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer las propias” (WCED, 1987).

No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNCED) no ano de 1992. Daí surgiu a Declaração do Rio<sup>5</sup> sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, assinada pela maioria dos governos do mundo. Este documento discute o desenvolvimento sustentável no sentido de “estabelecer uma nova e equitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais estratégicos e populações, (...) reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra” (Conferência, 1992, p. 3). Em seu princípio, a declaração acentua que os seres humanos devem ser o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável, como forma de criar uma situação de esperança de “*bem-estar social*”, enquanto grande parte da população deste planeta vive em condições que estão longe de ser descrita por essa expressão.

Dez anos depois da Conferência Rio-92, no ano de 2002, em Johannesburg, África do Sul, acontece a Nona Conferência das Nações Unidas - Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: Rio + 10 que apontou para novas discussões acerca da globalização e as ameaças ao desenvolvimento sustentável.

A partir desta breve contextualização, é possível perceber que a educação ambiental pode atuar como uma ferramenta importante e capaz de redirecionar as ações humanas em relação ao meio ambiente. É certo que isso envolve a elaboração de alternativas e ações estratégicas que direcionem a utilização de Unidades de Conservação, a exemplo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, a novas práticas e aprendizados de convivência com o meio ambiente pautado na preservação e conservação ambiental, além da valorização dos conhecimentos locais.

---

<sup>5</sup> Em junho de 1992 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92, como ficou conhecida -, da qual participaram aproximadamente 35.000 pessoas, com a presença de 106 chefes de governo, quando discutiram as possibilidades do desenvolvimento futuro para a humanidade.

No Brasil, a Educação Ambiental foi formalmente instituída pela Lei Federal de nº. 6.938, sancionada a 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Vale ressaltar que esta lei foi considerada como sendo um marco histórico na defesa da qualidade ambiental brasileira.

Com essa lei e a partir da transformação da problemática ambiental numa questão política de grande relevância, a educação ambiental passa a representar um importante componente na estratégia para alcançar o equilíbrio e a racionalidade na forma de consumo e de uso dos espaços naturais, onde se incluem às práticas turísticas. Vale ressaltar que neste artigo a educação ambiental é entendida como um processo em que a comunidade local e visitantes interagem, a fim de construir valores sociais e consciência voltada para a conservação e preservação do meio ambiente associada a busca da qualidade de vida. Desta forma, partimos do princípio que com um programa de educação ambiental bem definido pode ser possível educar o indivíduo para desenvolver práticas ambientais responsáveis.

Assim sendo, a educação ambiental desenvolvida através da atividade turística pode ser realizada através de práticas e ações educativas que envolvam a sensibilização da coletividade; ou seja, que através da participação das instituições de ensino e organizações não governamentais seja possível conscientizar as populações tradicionais e os visitantes presentes no Parque Nacional Serra de Itabaiana. Dentre estas práticas educativas podemos citar: **a)** conscientização e mudança de comportamento dos visitantes acerca do uso adequado das trilhas existentes no parque; **b)** estabelecimento de uma política que vise a coleta de lixo, como por exemplo, a entrega de sacos plásticos na entrada do parque; **c)** identificação de áreas propícias para a prática de atividades de recreação, a fim de que sejam utilizadas áreas com pouca vegetação ou com vegetação resistentes; **d)** utilização de sinalização (painéis indicativos, informativos e ilustrativo); **e)** recomendações acerca da capacidade de carga, entre outras.

Portanto, um programa de educação do visitante (seja ela turista ou membro da comunidade local) deve ser voltado para minimização dos impactos negativos que poderão advir com o uso turístico do Parque, a fim de que haja uma mudança na concepção da prática turística e, sobretudo, no posicionamento do turista perante os bens turísticos.

## Considerações Finais

Os problemas que foram apresentados fazem com que aumente a nossa preocupação com a manutenção dos recursos naturais, além de nos fazer refletir sobre a importância de utilizar uma UC de forma correta e responsável. A atividade turística pode ajudar no processo de sensibilização e conscientização da preservação da natureza, promovendo assim a sustentabilidade do meio ambiente de uma forma geral.

É visível o potencial turístico do Parque Nacional Serra de Itabaiana, como também a necessidade de preservação e conservação desta área. Para isso, deve-se utilizar uma ferramenta muito importante na gestão de parques nacionais, o planejamento, que pode proporcionar o desenvolvimento da atividade turística e conseqüentemente da unidade.

A elaboração do Plano de Manejo possibilitará o crescimento e desenvolvimento da unidade e também auxiliará na gestão da mesma. Esse documento estabelecerá as normas e diretrizes necessárias para otimizar o sistema de visitação ao Parque.

Sem dúvidas, a educação do visitante é outro ponto que deve receber uma atenção especial. Programas de Educação Ambiental devem ser desenvolvidos no parque, para que os visitantes se conscientizem da importância de preservar essa área, uma vez que as ações do homem no presente podem interferir na qualidade de vida de futuras gerações.

Desta forma, a educação ambiental poderá se tornar uma grande aliada no processo de formação da consciência humana acerca da preservação do patrimônio natural não somente como um bem natural, mas, sobretudo, como um patrimônio da sociedade.

**Referências Bibliográficas:**

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991. – (coleção turismo)
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 31. ed. São Paulo: Raraiva, 2003. (Coleção Saraiva de Legislação)
- FENNELL, David A. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).
- KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas-SP: Papirus, 2002. (Coleção Turismo)
- MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *In*: NEIMAN, Zysman. **Meio ambiente: educação e ecoturismo**. - - Barueri, SP: Manole, 2002. pp. 159 – 175.
- OMT**. Organização Mundial do Turismo. *Introducción al Turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo, 1998.
- PRATS, F. **Calvià**: Agenda Local 21. Ajuntament de Calvià: Calvià, 1996.
- SANTANA, Valdineide Barbosa de. **Serra de Itabaiana**: das brumas do imaginário à cerca invisível. São Cristóvão: NESA/UFS, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Turismo sob a ótica da sustentabilidade. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, janeiro/abril, 2004. P. 20-37.
- SANTOS, C. A. J. ; CAMPOS, Antonio Carlos . Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo. *In*: Luzia Neide Menezes teixeira Coriolano; Luiz Cruz Lima. (Org.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Sócio-ambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003, v. 1, p. 161-172.
- SNUC, **Sistema nacional de unidades de conservação da natureza**. MMA, 2000.
- WCED, (World Commission on Environment and Development) **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987